



PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**CRISE EM DARFUR:
UM CASO DE INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA?**

por

DANIELA ESPINDULA MOTHCI

ORIENTADOR: FLORIAN F. HOFFMANN

2005.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

CRISE EM DARFUR: UM CASO DE INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA?

por

DANIELA ESPINDULA MOTHCI

Monografia apresentada
ao Departamento de
Direito da Pontifícia
Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC-Rio)
para a obtenção do Título
de Bacharel em Direito.

Orientador: Florian F.
Hoffmann

2005.1

Dedicatória

A quem mais poderia dedicar esta monografia? À maravilhosa Família Mothci que se supera constantemente nas doses de carinho, apoio, compreensão, ensinamentos e em tudo aquilo que me faz ser tão feliz.

Agradecimentos

Não poderia deixar de agradecer a cada um dos meus queridos amigos e companheiros do Núcleo de Direitos Humanos – tanto à nova, quanto à antiga leva – que me aturaram nos momentos de indecisões, estresse e incertezas que tanto assombraram este semestre. Passar por tudo isso foi duro, mas teria sido infinitamente pior sem a presença de vocês.

Gostaria de registrar o meu profundo carinho e agradecimento a todos os funcionários do Departamento de Direito, que estão sempre dispostos a ajudar esta aluna/estagiária do NDH que tanto os amola...

Da mesma forma, agradeço às queridíssimas amigas Rachel Herdy e Elisa Izhaki pelos incentivos, pelas dicas de organização e apresentação do trabalho e pela amizade que não pára de crescer.

Por fim, à sábia Duda que me apresentou ao mundo das Relações Internacionais e tanto me ajudou na elaboração desta monografia, muito obrigada!!

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a atual crise humanitária que assola o Sudão e seus desdobramentos na região de Darfur – onde milícias árabes financiadas pelo governo sudanês exterminam, desde 2003, a população negra africana – e, assim, averiguar se esta configura uma hipótese de intervenção humanitária. O trabalho se inicia com breves considerações sobre o conceito de intervenção humanitária. Em um segundo momento, apresenta a conturbada história da região, a polêmica sobre a ocorrência de um genocídio e as reações da comunidade internacional na intenção de prestar assistência humanitária. Por fim, o presente trabalho vai sugerir ações imediatas e a longo prazo para tentar minimizar a crise.

Palavras-chave

Intervenção Humanitária, Direitos Humanos, Sudão – África.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1.Introdução..... | 7 |
| 2. Breves Considerações sobre a Intervenção Humanitária..... | 10 |
| 3. A Crise Humanitária em Darfur | |
| 3.1 Antecedentes Históricos..... | 19 |
| 3.2 A Insurreição de 2003..... | 23 |
| 3.3 A Polêmica sobre o Genocídio..... | 32 |
| 3.4 Respostas da Comunidade Internacional..... | 38 |
| 4.Conclusão..... | 42 |
| 5. Referências Bibliográficas..... | 47 |
| 6. Anexos | |
| 6.1 Mapa do Sudão..... | 49 |
| 6.2 Mapa dos Fatores Econômicos da Crise..... | 50 |
| 6.3 Mapa dos Fatores Políticos da Crise..... | 51 |

1. Introdução

Cada vez mais, a comunidade internacional se depara com questões que demandam uma releitura de princípios e práticas já cristalizados no direito internacional. Princípios estes como o da soberania e o da não-intervenção e práticas tais como as operações de manutenção de paz empreendidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para a ONU, a paz não se resume à ausência de conflitos, caracterizando-se de forma ampla e abrangente. A Carta da ONU está repleta de exemplos que demonstram o cuidado com questões como, por exemplo, a autodeterminação dos povos, a democracia e a cooperação dos Estados-membros em prol de questões econômicas, sociais, culturais e humanitárias (artigo 1º). Estas são preocupações a longo prazo, relacionadas a problemas estruturais que prejudicam o equilíbrio da ordem internacional. Mas a organização também se mostra preocupada com problemas conjunturais, desencadeados por conflitos armados, crises humanitárias, questões ambientais e de segurança internacional ou violações de direitos humanos, que necessitam da cooperação dos Estados para resolvê-los.

Neste contexto, a prática da intervenção humanitária mostra-se uma medida viável para remediar determinadas crises que afetam a instabilidade política e institucional da comunidade internacional e que não conseguem ser trabalhadas por mecanismos convencionais de resolução de conflitos.

Todavia, cabe a pergunta: a comunidade internacional pode intervir sempre que lhe interessar? Existem três correntes para responder essa questão:

- I) Nos casos de genocídio, crimes contra a humanidade e violações massivas de direitos humanos, a responsabilidade da comunidade internacional mostra-se latente e uma intervenção deve ocorrer sob autorização do CS da ONU.

- II) A dificuldade de se estabelecer limites entre a assistência em épocas de crise e a interferência nos assuntos internos dos Estados prejudica a legitimidade de uma intervenção. Além disso, não há como garantir a sua neutralidade e afastar interesses econômicos e políticos envolvidos.
- III) A intervenção mina o princípio da soberania, forte pilar da Carta da ONU, ameaçando governos legítimos e a estabilidade internacional. Dessa forma, toda tentativa de intervenção deve ser tomada em respeito à independência, soberania e integridade dos Estados, além de contar com o consentimento do governo e do povo do Estado visado.

A tese defendida por este trabalho diz respeito à primeira hipótese, que coloca graves violações de direitos humanos como condição mais do que razoável para ensejar uma intervenção humanitária multilateral. A fim de desenvolver esse raciocínio, optou-se por analisar a atual crise humanitária vivida em Darfur, uma das regiões do Sudão.

Este país vive há anos uma guerra civil, cujas partes são o governo islâmico sudanês, formado por árabes muçulmanos, e os rebeldes da região Sul do país, descontentes com o regime autoritário e limitador de liberdades fundamentais. Esta disputa gerou uma segunda crise, ainda mais cruel, que desencadeou o massacre da população de origem negra por milícias patrocinadas pelo governo sudanês. A conjunção destes dois conflitos é a razão do atual colapso político, econômico, social e humanitário do Sudão.

Apresentado o tema, passa-se à análise do plano de trabalho desenvolvido.

Esta monografia está dividida em dois capítulos teóricos. O primeiro apresenta um estudo sobre o conceito de intervenção humanitária, no qual é traçada sua trajetória histórica a partir da criação da ONU. Neste momento, também é feita uma análise da legitimidade desta prática.

No segundo capítulo, faz-se uma abordagem histórica e política dos aspectos que desencadearam a crise em Darfur. Posteriormente, há a análise de temas relacionados ao assunto, como o debate sobre a ocorrência de um genocídio na região e a reação da sociedade internacional através de ajuda humanitária às vítimas sudanesas.

Por se entender que a intervenção humanitária é uma ação de caráter imediato e emergencial, achou-se pertinente apresentar propostas para a solução da crise no Sudão, cujos resultados sejam alcançados a longo prazo. Decidiu-se, então, pela sua apresentação na conclusão deste trabalho.

Em nenhum momento, esta monografia teve a pretensão de esgotar todos os aspectos que envolvem a crise humanitária em Darfur. No decorrer das pesquisas, percebeu-se que o assunto é extremamente complexo e que seria necessário optar pela análise de uma de suas múltiplas características. Foi nesse sentido, que se decidiu estudar a possibilidade de uma intervenção humanitária no Sudão.

No mais, existe pouca literatura brasileira sobre a questão da intervenção humanitária, sendo que a maioria a trata de forma superficial. Além disso, o fato de a crise ainda estar em andamento era imprescindível empreender pesquisas diárias a fim de não correr o risco de perder novas informações que comporiam o trabalho. Em outras palavras, elaborar esta monografia foi um desafio – muitíssimo prazeroso – que trouxe, não somente lições, como também, a vontade de aprofundar este assunto em um futuro mestrado.

Por fim, deve-se esclarecer que, diante de referências bibliográficas em distintas línguas estrangeiras, optou-se por uma tradução livre das mesmas.

2. Breves Considerações sobre a Intervenção Humanitária

A sociedade internacional dos nossos dias é completamente diversa da do século anterior em virtude de um fator principal: os Estados compreenderam que existem certos problemas que não podem ser resolvidos por eles sem a colaboração dos demais membros da sociedade internacional.

Celso de Albuquerque Mello

A humanidade vivenciou duas grandes e desgastantes guerras em um mesmo século que desencadearam em tentativas de criação de organismos capazes de prevenir conflitos entre Estados. O primeiro deles, a Liga das Nações, surgiu no período entre guerras e não alcançou este objetivo, posto que em 1939 eclodiu a Segunda Guerra Mundial. Envolvendo um maior número de Estados, esta guerra presenciou a ocorrência de violações massivas de direitos humanos sem que quase nada fosse feito para evitá-las. Assim, em 1945, nasce a ONU, como uma segunda pretensão de se manter a paz na sociedade internacional.

Dentre os objetivos da ONU encontrados no artigo primeiro de sua Carta originária destacam-se a manutenção da paz e segurança internacionais e a cooperação internacional para resolver problemas humanitários.¹ Todos estes objetivos devem ser perseguidos de acordo com os princípios definidos no segundo artigo da Carta, tais como o princípio da igualdade entre os Estados-membros, a resolução pacífica de conflitos, a assistência em ações empreendidas pela ONU e, principalmente, a não-interferência da Organização ou dos Estados-membros em assuntos que dizem respeito à jurisdição exclusiva de um Estado. Nesta mesma alínea, o

¹ Vale ressaltar que o respeito à autodeterminação dos povos (alínea 2), assim como à cooperação entre os Estados para resolver problemas sociais e econômicos (alínea 3), mostram-se um importante avanço na determinação das responsabilidades da comunidade internacional, até então focada na prevenção de guerras.

texto continua, dizendo que este princípio não pode impedir a utilização das medidas presentes no capítulo VII da Carta.

Até a ocorrência do genocídio de judeus, ciganos e homossexuais durante a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos eram considerados assunto de responsabilidade exclusiva do Estado onde os indivíduos se encontravam. A partir desse massacre, a sociedade internacional se mobilizou a fim de criar meios de proteção e fiscalização de direitos humanos. Com esse objetivo foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, primeiro documento a tratar do assunto, elaborada pela recém estabelecida ONU². Foi assim que teve início o processo de internacionalização dos direitos humanos.

O multilateralismo trazido pela ONU demandou a releitura de princípios, práticas e normas do direito internacional até então consagradas.

O princípio da soberania foi afirmado nos Tratados da Paz de Westfalia³ e vem se adaptando às novas evoluções do contexto internacional. Este princípio consagrou-se como um dos pilares do Estado, pois lhe concede as prerrogativas na administração de seus assuntos internos. Paralelamente a este princípio, existe seu corolário, ou seja, o dever de não-intervenção nas questões referentes à política e organização interna de um Estado.

Emer Vattel e Christian Wolff são conhecidos como os primeiros a tratar do princípio da não-intervenção tal qual é definido atualmente. Ao cristalizarem a soberania Estatal como barreira à ingerência de terceiros em seus assuntos internos, criaram ferramentas para que os positivistas

² Por ser apenas uma declaração, esta não possui formas de obrigar a implementação dos direitos nela contidos. A fim de resolver este impasse, dois documentos foram elaborados: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A intenção era fazer um único documento abrangendo todos estes direitos, mas, durante a Guerra Fria, devido à falta de consenso entre o bloco formado por países ocidentais – defensores dos direitos civis e políticos – e aquele formado por orientais – que priorizavam os direitos econômicos, sociais e culturais – decidiu-se pela separação dos Pactos.

³ Esses tratados consagraram o Estado como centro e poder absoluto, gerenciador do bem e da violência. Cf. SILVEIRA, Maria Cristina Santiago da. *Ação Humanitária: Direito ou Dever de Ingerência?*, in: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano I, n.1, Julho/Dezembro 2001. p.3 Disponível em: <http://www.csonline.ufjf.br>.

definiram o tripé de sustentação do Estado moderno: soberania, independência e igualdade⁴.

O princípio da soberania tem por corolário a garantia da não-intervenção de um Estado ou de uma organização em matérias referentes ao domínio e condução da política de um governo. A não-intervenção surge como o dever correlato do direito de soberania e constitui o principal empecilho ao desenvolvimento de meios efetivos de proteção aos direitos humanos no nível internacional.⁵

O princípio da não-intervenção figurou na Convenção da Liga das Nações e a Carta das Nações Unidas o reafirmou em seu célebre artigo 2º, alínea 7. Comum a estes dois documentos era o respeito à integridade territorial e à independência política dos Estados. Mas a Carta da ONU somou a estas proteções, a proibição ao uso da força e à intromissão em questões internas à política dos Estados (alíneas 4 e 7 do artigo 2º).

A Carta da ONU coloca a manutenção da paz e da segurança internacionais como sendo as principais responsabilidades do Conselho de Segurança (CS), ficando todos os Estados-membros da organização obrigados a aceitar e cumprir as decisões por ele tomadas⁶.

O capítulo VI da Carta da ONU disserta sobre os mecanismos que devem ser utilizados antes de se recorrer a uma intervenção. O CS pode mediar acordos de paz ou até encomendar uma missão para estudar a situação de agressão. Se a disputa envolver violência, o CS tentará resolvê-la da maneira mais rápida possível, seja através de medidas de cessar-fogo,

⁴ Cf. SILVA, Alexandre dos Santos. *A Intervenção Humanitária em Três Quase-Estados Africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. 2003. Dissertação (Mestrado) PUC-Rio/IRI. p.14.

⁵ Cf. RODRIGUES, Simone Martins. *Segurança Internacional e Direitos Humanos – A Prática da Intervenção Humanitária no Pós-Guerra Fria*. São Paulo: Renovar, 2000. p.91

⁶ Dentre as funções e poderes do CS da ONU, destacam-se: manter a paz e a segurança internacionais de acordo com os princípios e os objetivos da Carta da ONU; investigar qualquer disputa ou situação que possa levar a um conflito internacional; recomendar métodos de ajuste de disputas ou termos de um acordo; determinar a existência de um tratado de paz ou ato de agressão para recomendar qual ação deve ser tomada; determinar sanções econômicas e outras medidas que não envolvam o uso da força para prevenir ou acabar com agressões; e investir em ações militares contra agressores.

seja através do envio de observadores militares ou de uma força de manutenção de paz.

Caso essas medidas não sejam eficazes para acabar com a disputa, o CS pode recorrer ao disposto no capítulo VII da Carta: às ações para remediar ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. O próprio Conselho “determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.” (artigo 39 da Carta da ONU⁷).

A legalidade do direito de intervenção passou a residir, então, na interpretação mais flexível das alíneas 4 e 7 do artigo 2, quando as hipóteses presentes no capítulo VII se caracterizassem. Dessa forma, a intervenção humanitária alcança embasamento jurídico, uma vez que articula a proteção dos direitos humanos à paz e à segurança internacionais.

Por muito tempo, a soberania foi tida como eterna e permanente, mas foram os impasses por ela vividos que forjaram o aparecimento da intervenção humanitária. Nesse sentido, a intervenção se tornou o contraponto do princípio da soberania.

Ao se resgatar a origem da teoria da intervenção humanitária, chega-se a Hugo Grotius, Emer de Vattel e Francisco Suarez, que caracterizavam-na como uma forma de civilização de bárbaros violadores do direito natural. Para acabar com as barbáries, cabia àqueles alheios ao povo oprimido,

⁷ Muitas discussões surgiram durante a elaboração do artigo 39 da Carta da ONU. O debate era sobre o alcance do CS, se recairia sobre conflitos interestatais de forma ampla ou somente sobre conflitos interestatais. Neste momento, a França afirmou de forma muito coerente que “a clara violação das liberdades e dos direitos humanos essenciais constitui ameaça capaz de comprometer a paz” A maioria dos Estados acompanhou a posição francesa, apoiando a caracterização da paz e segurança internacionais de forma abrangente, não a resumindo aos casos de conflitos entre Estados. (AMARAL JR., Alberto. *O Direito de Assistência Humanitária*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p 226.)

defendê-lo do governo opressor. Diz-se que a obra de Grotius foi a primeira a se referir ao direito de intervenção humanitária.

Inicialmente, a intervenção somente era aceita pela comunidade internacional em duas situações:

- I) se houvesse a autorização do Estado que tinha sua soberania ameaçada,
- II) se fosse para defender e resgatar pessoas estrangeiras da opressão de um Estado. Porém, a intervenção não era legítima se não contasse com a prévia autorização do Estado opressor para que se buscasse socorrer os nacionais por ele oprimidos ou se visasse a assistência humanitária em caso de catástrofe.

A noção de Guerra Justa defendida por teóricos da Idade Média também exerceu uma influência na construção de um direito de intervenção humanitária, pois legitimava a guerra quando visava valores humanitários superiores⁸.

Ainda não existe uma definição legal para o termo de intervenção humanitária, o que ainda impõe alguns obstáculos para a sua efetivação. Porém, de acordo com Bhikhu Parekhu, existem elementos que a caracterizam: I) o alvo é um Estado soberano, II) o meio é a ingerência em assuntos de prerrogativa deste Estado, III) a ação é impulsionada por questões humanitárias⁹.

Durante a Guerra Fria, devido às disputas políticas entre o bloco socialista e o capitalista, poucas intervenções ocorreram. Nesse ínterim, existiram muitas crises humanitárias, como a do Paquistão e a do Camboja que desencadearam intervenções unilaterais¹⁰, porém, nenhuma delas foi assegurada pela ONU. O poder de veto dos membros permanentes do CS da

⁸ RODRIGUES, Simone Martins. Op. Cit., p.93-94.

⁹ Apud RODRIGUES, Simone Martins, Op. Cit., p. 96-97.

¹⁰ O Paquistão foi invadido pela Índia, enquanto o Camboja, pelo Vietnã.

ONU era usado a fim de boicotar qualquer tentativa de interferência em governos tidos como violadores de direitos humanos. Os socialistas alegavam que a intervenção seria usada pelos inimigos capitalistas com o objetivo de conquistar áreas de influências e, por conseguinte, mais poder. Assim, o princípio da soberania prevaleceu por muitos anos sobre a necessidade de proteção dos direitos humanos.

A Assembléia Geral (AG) da ONU condenou reiteradamente a prática da intervenção. Em 1949, 1950, 1957 e 1965, elaborou resoluções afirmando que nenhum Estado tinha o direito de intervir, direta ou indiretamente, por qualquer que fosse o motivo, nos assuntos internos ou externos de outro Estado. A intervenção foi igualmente rejeitada nas jurisprudências da Corte Internacional de Justiça (CIJ)¹¹.

Esta perspectiva somente se alterou após a elaboração de duas resoluções do CS na década de 60. Através delas, decretou boicote econômico a dois países com governos conhecidos por cometer discriminações raciais contra negros e violar direitos humanos de seus cidadãos: Rodésia e África do Sul. Neste sentido, direitos humanos foram reconhecidos como responsabilidade de todos os Estados e questão de interesse internacional, posto que sua violação acarretaria prejuízos à paz e à segurança internacionais, desestabilizando a ordem mundial.

Barreiras econômicas direcionadas a Rodésia e a África do Sul mostraram que os limites entre as questões domésticas e aquelas internacionais estava prestes a cair. Pela primeira vez na história, a comunidade internacional discutiu sua responsabilidade nos casos de violação massiva de direitos humanos cometida por um Estado em detrimento de seus próprios cidadãos.

Em 1960, houve a consagração desta mudança de paradigma. Através da Resolução 4300, o CS se manifestou sobre a política do

¹¹ Em 1949, a CIJ repudiou a intervenção do Reino Unido na Albânia, alegando que esta era nitidamente uma política de força e não uma ação com fins de ajuda humanitária.

apartheid vivida na África do Sul. Nesta oportunidade, alegou que esta política era tão perigosa a ponto de prejudicar a paz e a segurança internacionais. Pouco depois, com a Resolução 418 de 1977, o CS afirmou que os direitos humanos já tinham alcançado status internacional, tendo como fundamento os tratados e acordos internacionais criados até o momento e, dessa forma, as violações cometidas por um Estado seriam do interesse de toda a comunidade internacional.

Na Rodésia, através das Resoluções 232 e 254, de 1966 e 1968 respectivamente, o CS reafirmou a influência que violações domésticas de direitos humanos possuíam sobre a ordem internacional.

Apesar de não ter havido intervenções nestes dois países, o acontecido foi suficiente para gerar o debate a respeito da proximidade entre a competência do CS, a manutenção da paz e a proteção dos direitos humanos. Debate intensificado a partir da década de 90, com o fim da bipolaridade, fazendo com que o CS assumisse seu maior envolvimento com a política internacional e superasse o constante desacordo entre seus membros permanentes sobre se e como agir nos casos de violações de direitos humanos.

Nos primeiros quatro anos da década de 90, a ONU comandou seis intervenções, enquanto durante a Guerra Fria, apenas uma foi organizada. Destas seis, cinco possuíam caráter humanitário, relacionando a paz e a segurança internacionais à crise política vivida pelo Estado visado¹². A partir deste momento, a questão humanitária passou a ser associada à política e à segurança, como uma proposta de se manter a ordem na sociedade internacional.

Muitas das crises humanitárias originaram-se de distúrbios internos, demonstrando a nova característica dos conflitos no mundo moderno. É de grande relevância a diferenciação dos tipos de conflitos existentes na

¹² A Coreia foi o único país a sofrer uma intervenção humanitária na Guerra Fria. Na década de 90, Kuwait, Iraque, Somália, a antiga Iugoslávia, Ruanda e Haiti também foram alvo de intervenções.

atualidade. Nem todos são aceitos pelo direito internacional e, dependendo de cada caso, normas do direito internacional humanitário regularão as ações das partes conflitantes e protegerão as vítimas envolvidas. Isso ocorrerá quando se tratar de conflitos armados internacionais ou conflitos armados não-internacionais.

A primeira e mais antiga das classificações se refere ao conflito armado internacional, isto é, quando dois ou mais Estados se declaram em situação de guerra. Já a classificação de conflito armado não-internacional se encontra no artigo 1º do Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 1949, quando afirma ser o conflito que

“se desenrola no território de uma Alta Parte contratante entre as suas forças armadas e forças armadas dissidentes ou grupos armados organizados que, sob a direção de um comando responsável, exerçam sobre uma parte deste território um controle tal que lhes permita realizar operações militares contínuas e acordadas e aplicar o presente Protocolo.”

Existem duas classificações que ainda não são largamente admitidas pelo direito internacional, mas servem como referências para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, organização de grande importância em crises humanitárias. Os distúrbios interiores dizem respeito às situações dentro de um Estado, que não se encaixem no perfil de conflitos armados não-internacionais, e sejam duradouras e violentas. Enquanto isso, as tensões internas são aquelas provenientes de tensões políticas, econômicas, sociais, religiosas, entre outras, e que não possuem caráter violento.

Preocupações como o envolvimento da população civil no conflito, a dificuldade de acesso à assistência humanitária, o desrespeito às normas de direito internacional humanitário, o massivo deslocamento de populações fugidas dos conflitos, o aparecimento de refugiados e a presença de muitas partes nos conflitos, marcaram o enfraquecimento das operações de manutenção de paz da ONU.

A intervenção humanitária não pode ser confundida com as operações de manutenção de paz (peacekeeping). Estas funcionam quando

autorizadas pelo Estado alvo da ação, além de só poderem recorrer ao uso da força em casos de legítima defesa. Além disso, as operações, após a Guerra Fria, demonstram uma mudança em sua natureza. O foco passou a ser, não somente na manutenção da paz, mas em seu restabelecimento (peacemaking) e na construção de estruturas políticas e econômicas para a garantir (peacebuilding).

3. A Crise Humanitária em Darfur

3.1 Antecedentes Históricos

A fim de se compreender o que acontece em Darfur, é necessário fazer uma retrospectiva histórica, política e social da região, dando enfoque aos acontecimentos que influenciaram a atual crise humanitária.

Darfur está localizado na região ocidental da República do Sudão e possui superfície equivalente em área ao estado da Bahia. Divide-se em três unidades administrativas (Norte, Sul e Oeste) correspondentes a três zonas étnicas. O estado do Norte é o berço de nômades criadores de gado, uma maioria de não-árabes. Em Darfur ocidental vivem fazendeiros sedentários não-árabes, tais como os Fours e os Massalits. Já o Sul de Darfur é povoado por nômades, também criadores de gado, os Baqqaras, que reivindicam suas origens árabes, mesmo que suas origens étnicas resultem do cruzamento com os africanos. Todos os povos de Darfur são muçulmanos, mas ainda existem africanos praticando suas religiões tradicionais (animismo).

As chuvas e os férteis solos da província ocidental permitem que os fazendeiros africanos pratiquem a agricultura. Em contrapartida, o semideserto do Norte sofre com escassas precipitações e poços que normalmente se esgotam nos meses de inverno. No Sul, as chuvas garantem o pasto para o gado dos Baqqaras e alimentam os poços e reservatórios de água.

Darfur tornou-se um sultanato em 1650 agrupando o governo dominado pelos Fours e uma elite governante formada pelos principais grupos étnicos da região. Este sultanato era composto essencialmente por agricultores não-árabes, que utilizavam os recursos do Estado, assim como sua forte cavalaria para conter os nômades árabes durante as migrações sazonais, que os conduziam às terras agrícolas de Fours e Massalits. Porém, em 1874, um árabe mercador de escravos, dono de um feudo no sul do Sudão, destruiu o sultanato dos Fours, levando seu gado e sua cultura aos nômades Baqqaras. Em 1898, Ali Dinar, herdeiro do sultanato dos Fours, o

restaura e inicia a caça aos nômades árabes pelo país, que durará quase 20 anos. A única diferença entre este combate histórico e o atual é a ferocidade empreendida na matança¹³.

Em 1916, Darfur foi anexada ao domínio anglo-egípcio (1898-1956). Todavia, os britânicos logo notaram que a província tinha pouco a contribuir na reconstrução do Sudão¹⁴. A região não possuía recursos exploráveis, contava apenas com uma agricultura de subsistência e pobres pastores. Sua administração era exercida por um pequeno número de oficiais ingleses que mantinham a ordem através de um severo controle.

O crescente progresso obtido na educação e na saúde, assim como os planos de desenvolvimento introduzidos pelas autoridades britânicas na região de Cartum e no resto do país, jamais se estenderam a Darfur. Confrontados a uma economia estagnada e de subsistência, seus jovens habitantes emigraram para o leste em busca de trabalho nos novos focos de desenvolvimento. Mas ao chegarem, se depararam com a discriminação imposta pela população local.

As diferenças de percepções entre os sudaneses habitantes das cidades ao longo do Nilo (cidades mais desenvolvidas) e os originários da parte rural do país são tão profundas no Sudão do passado, como no do presente¹⁵. Aqueles, descendentes de migrantes árabes, formaram uma sociedade sedentária e urbana, composta por uma elite letrada e educada, que ao longo dos 50 anos de domínio britânico, tornou-se uma classe sofisticada e de governantes, reforçando o desprezo pelo povo rústico e iletrado do oeste, do leste e do sul.

Nos últimos séculos, jamais o governo central do Sudão – o dos turcos no século XIX, o dos ingleses no século XX, nem o sudanês independente – governou Darfur, o sul do Sudão ou as colinas do Mar

¹³ COLLINS, Robert Oakley. *Le Désastre de Darfour*, in : Géopolitique Africaine. Paris, n.15-16, verão/outono 2004. p.2.

¹⁴ Até hoje não existem estradas de ferro ou rodovias de acesso a Al Fasher, principal cidade da região de Darfur. Em 1959, as estradas de ferro sudanesas foram instaladas apenas até Nyala, a capital do Sul de Darfur, mas seu funcionamento irregular não foi suficiente para acabar com o isolamento da região.

¹⁵ COLLINS, Robert Oakley. Op. Cit., p.2.

Vermelho. O máximo que se fez foi instalar postos dispersos pelo interior do país e enviar tropas e governos às capitais tradicionais, sem a menor preocupação de administrá-los.

Historicamente, as tensões étnicas entre agricultores e pastores, entre africanos e árabes sempre estiveram presentes em Darfur. Mas as competições pelos pastos, pelas terras agrícolas e água intensificaram os conflitos. Estas brigas tornaram-se mais vivas durante a grande seca dos anos oitenta, que acelerou a desertificação das regiões setentrional e central de Darfur. Assim, os criadores de gado foram forçados a se deslocar em direção ao sul à procura de pasto e água.

No passado, os diversos grupos étnicos resolviam seus conflitos por terras e água em tradicionais conferências de chefes, nas quais as decisões eram veementemente respeitadas. Porém, este sistema começou a se dismantelar após a introdução de armas automáticas nos conflitos.

Ao saírem do Sudão, os britânicos deixaram para trás uma força de defesa, que logo se transformou nas **Forças Armadas Sudanesas**, um exército disciplinado e profissional, tido como um dos melhores do Oriente Médio. Os britânicos haviam achado estes soldados nas periferias do sul do Sudão e entre os Baqqaras de Darfur.

Até 1956, o exército era a única instituição nacional no Sudão e, nos cinquenta anos após a independência dos ingleses, interveio três vezes (1958, 1969 e 1989) para depor governantes corruptos eleitos democraticamente. As ditaduras militares governaram o país durante 37 de seus 48 anos de independência.

Em 1989, o golpe de Estado organizado por pelo militar Omar Hassan Al-Bashir e apoiado por oficiais islamistas¹⁶ criou a **Força de Defesa Popular (FDP)**, cujos objetivos eram proteger a revolução islâmica, reprimir a rebelião do sul e fazer do exército uma ferramenta de islamização do Sudão. Ao mesmo tempo em que os recrutas eram treinados para

¹⁶ O termo 'islamista' é tido como sinônimo de fundamentalismo islâmico, enquanto a palavra 'islâmico', refere-se ao movimento islâmico em geral.

aprender a manusear armas, seguiam um treinamento voltado à religião com intermináveis aulas sobre o Islã.

Este regime impôs a ideologia islâmica a todos os sudaneses, colocando o Islã, bem como a cultura e a língua árabes como fundamentos da sociedade sudanesa. Porém, menos da metade dessa sociedade dizia ser de origem árabe e apenas um terço dos habitantes não era formado por muçulmanos.

O Al-Bashir e seu governo árabe abriram profundas feridas no seio da sociedade sudanesa. As leis islâmicas e o regime ditatorial impõem muitas limitações a liberdades fundamentais no país, gerando um forte descontentamento de habitantes africanos da região sul do país. Uma guerra civil entre árabes-muçulmanos e negros se inicia.

O exército do governo, treinado e equipado de forma ineficiente, não conseguiu reprimir as insurreições que se seguiriam. Repetidas derrotas fizeram com que o governo sudanês tomasse medidas extremas. Em 1986, decidiu superar a fraqueza do exército, equipando-o com armas automáticas. Além disso, autorizou que seus componentes Baqqaras roubassem, violassem, escravizassem e matassem todos os simpatizantes de John Garang¹⁷. Os jovens combatentes Baqqaras, no alto de seus cavalos, semearam, assim, a morte e a destruição na região durante os dez anos que se seguiram. Um outro grande grupo Baqqara, proveniente do sudoeste de Darfur, posicionou suas modernas armas contra os grupos de Fours, Massalits e Zaghawas, com os quais já haviam disputado inúmeras vezes terras e água.

Assim instaurou-se a tragédia provocada pelo governo islamista ao promover a distinção forçada entre árabes e africanos, introduzindo uma disputa ideológica e racista em face dos africanos.

¹⁷ John Garang foi o fundador do Movimento Armado de Libertação do Sudão. Há anos luta pela atenção do governo central de Cartum, que ignora as condições de subdesenvolvimento presentes na região de Darfur.

3.2 A Insurreição de 2003

Em fevereiro de 2003, rebeldes que buscavam a libertação da opressão islâmica em Darfur criaram o **Movimento Armado de Libertação do Sudão (MALS)** e promoveram uma batalha contra o governo sudanês, matando 195 governantes.

Este movimento se organizou contra o governo central de Cartum e a “sua política sistemática de marginalização, discriminação, exclusão, exploração e segregação¹⁸”, continha os seguintes objetivos:

“um Sudão unido e democrático, reconhecedor da diversidade étnica, cultural, social e política do país, cuja unidade deve, então, fundar-se no direito à autodeterminação (...) A religião e a política devem permanecer nos domínios privado e público respectivamente (...) O movimento se opõe à utilização de algumas tribos árabes pelo governo de Cartum (...) a fim de alcançar alguns objetivos hegemônicos nefastos, tanto para os árabes, quanto para os não-árabes (...) A opressão brutal, a limpeza étnica e o genocídio praticados pelo governo de Cartum não deixam outra alternativa ao povo de Darfur, senão a resistência popular, militar e política, a fim de garantir a sua sobrevivência.¹⁹”

Alguns dias mais tarde, o comitê de segurança do governo iniciou negociações com o MALS, pois as Forças Armadas do Sudão não tinham preparo, nem tropas suficientes, para combater esta rebelião. Nesta ocasião, o movimento pediu, em troca do cessar-fogo, a anistia de rebeldes presos e a promessa do governo para criar projetos de desenvolvimento em Darfur. Mesmo assim, a trégua foi rompida quando milícias árabes assassinaram uma respeitada liderança dos rebeldes. Posteriormente, o Movimento Armado de Libertação do Sudão respondeu à quebra do trato pelo governo, vencendo-o em sucessivas batalhas, denunciando a incompetência do exército sudanês.

Em abril, integrantes do MALS atacaram Al Fasher, uma das cidades mais importantes de Darfur. Neste ataque, receberam o apoio do **Movimento pela Justiça e Igualdade (MJI)**, também de Darfur. Estes dois movimentos de resistência compõem as ditas “forças de oposição” de

¹⁸ COLLINS, Robert Oakley. Op. Cit., p.6.

¹⁹ COLLINS, Robert Oakley. Op. Cit., p. 6.

Darfur e possuem objetivos muito semelhantes. O MJI busca unificar todos os povos das diferentes regiões do Sudão em um único movimento de integração, não se resumindo a Darfur.

O MALS continuou a empreender intermináveis ataques, que, paulatinamente, minaram o exército sudanês. A resposta do governo resumia-se a negar a existência dos movimentos de resistência e mandar milícias para socorrer o exército sudanês. Curiosamente, este conflito ofereceu ao regime islamista novas oportunidades para permanecer no poder. O governo conseguiu se aproveitar da oposição latente ao explorar as divisões étnicas existentes na sociedade. Denunciou a insurreição como sendo uma tentativa africana de exterminar a raça árabe existente em Darfur. Raça esta, que formava a base do governo sudanês de origem islamista.

As tais milícias do governo eram compostas por Baqqaras, árabes criadores de gado em Darfur, e ficaram conhecidas pelo nome de **Janjaweds**²⁰. Concentradas em campos de treinamento em Darfur, as milícias foram equipadas pelo exército sudanês para o ataque de seu primeiro alvo: os Fours. Ainda no início de 2003, centenas de Fours foram mortos ou feridos e milhares deixaram o deserto fugindo destes primeiros ataques, que foram apenas o prelúdio da matança que abateria a região nos próximos tempos.

Os Janjaweds chegavam às cidades em grandes grupos, sempre antes do amanhecer. A forma de destruição repetia-se sistematicamente: homens eram mortos e freqüentemente mutilados, mulheres estupradas e crianças, às vezes, levadas de suas casas. A cidade era queimada, o gado apreendido, campos incendiados e toda infra-estrutura – poços, mecanismos de irrigação, escolas, clínicas – destruídos. Este plano visava cassar as posses da população africana e liberar terras para a colonização árabe.

²⁰ Janjaweed é uma palavra árabe que significa ‘homem armado montado a cavalo’. Refere-se à forma que os integrantes das milícias atacavam.

No final de agosto, o exército sudanês abateu o MALS em mais uma disputa, agravando o massacre dos Fours. Os sobreviventes, temerosos por novos ataques, começaram a fugir de suas cidades, sendo acompanhados por integrantes de outros grupos de origem não-árabe, como os Massalit, em direção ao Chade.

Em setembro, o governo do Chade promoveu as primeiras negociações entre o MALS e o governo sudanês, desencadeando um acordo de cessar-fogo. As milícias não o respeitaram, fazendo com que a matança recomeçasse. Tantos combates trouxeram muita desgraça a Darfur, particularmente à região ocidental.

Ao final deste ano, o Movimento pela Justiça e Equidade preparou uma emboscada arrasando um grupo de Janjaweds que avançava em direção a uma cidade tomada por rebeldes na fronteira com o Chade. Logo depois, este movimento evitou outro ataque à mesma cidade, matando mais de mil soldados e milícias do governo. Mesmo assim, as colônias de Janjaweds continuavam a perseguir e matar aqueles que haviam sido expulsos de suas próprias casas, chegando a ponto de atravessar a fronteira do Chade para perseguir os refugiados sudaneses.

Em fevereiro de 2004, um ano após o início da insurreição, contava-se, segundo estimativas, 30 mil mortos e um milhão de pessoas internamente deslocadas²¹ no Sudão. Além das 200 mil pessoas que se refugiaram no Chade, 350 mil morreram de fome e de doenças em Darfur.

Preocupado com o fluxo de refugiados vindo do Sudão e a violência que se deslocava em direção ao seu país, o presidente do Chade propôs uma mediação na cidade N'Djamena, em abril. O governo sudanês se apressou em aceitá-la, estimando que seus históricos aliados não seriam mediadores

²¹ A Convenção sobre o Estatuto do Refugiado, de 1951, define como refugiado aquele que preenche as seguintes características: I) ser perseguido ou sofrer o forte temor de o ser; II) ser perseguido por causa de sua opinião política ou por pertencer a determinada nacionalidade, etnia, religião ou grupo social e III) estar localizado fora do Estado de sua nacionalidade. Já as pessoas internamente deslocadas são as que se encaixam nos dois primeiros requisitos, mas ainda se encontram em seu país de origem.

neutros. O MALS e o MJI foram representados por uma única delegação comum, provando que possuíam interesses comuns nesta negociação.

Houve muita discussão a respeito do estatuto dos observadores internacionais, cuja presença era pedida pelos movimentos, que fiscalizariam o dito acordo de paz. Os Estados Unidos (EUA) apoiavam os rebeldes, enquanto os franceses, o presidente do Chade e o Sudão. Esse desacordo acabou por reduzir o papel dos observadores às primeiras sessões de negociações, que tratavam apenas de problemas humanitários. Dessa forma, foram excluídos das negociações políticas que se seguiriam e instituíram a União Africana²² como responsável pela comissão do cessar-fogo.

Nesta fase, a delegação do Chade apresentou um projeto de acordo de cessar-fogo em três línguas diferentes: inglês, francês e árabe, que omitia vários pontos sobre os quais se havia chegado a um acordo anteriormente com a delegação do MALS e do MJI. Sentindo-se prejudicada, esta delegação reclamou das omissões e exigiu a reintegração das partes excluídas. Apesar da promessa do Chade, as reintegrações nunca foram efetivadas. Mesmo assim, o MALS e o MJI assinaram o acordo, que propunha a suspensão das hostilidades durante quarenta e cinco dias renováveis, prometia liberar prisioneiros feitos durante o conflito e facilitar o acesso de ajuda às vítimas.

Após novas sessões de discussão, as partes também assinaram um acordo político que previa uma conferência de todos os representantes de Darfur para a busca de uma solução definitiva para o conflito. Caberia ao governo sudanês garantir a neutralização e o desarmamento das milícias armadas de acordo com um calendário pré-estabelecido. Porém,

²² Criada em 2001, a UA, uma organização regional para a África, substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA). Enquanto os objetivos principais daquela organização eram a proteção da soberania africana, a integridade territorial, o compromisso com a descolonização e independência dos países, o foco da UA recai sobre os princípios de direitos humanos e da boa governança. A UA tem nitidamente como objetivos a paz, a segurança e a estabilidade do continente africano; a criação de instituições democráticas; a participação popular e a promoção e proteção de direitos identificados na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e quaisquer outros instrumentos relevantes de direitos humanos.

inesperadamente, logo após a assinatura, o MALS e o MJI desfizeram o acordo alegando que a delegação que os representara havia ultrapassado o mandato por eles concedido.

O episódio criou desavenças no interior de cada movimento. Tanto o MALS, quanto o MJI não buscavam uma conferência geral de representantes de Darfur e insistiram para que ocorressem negociações políticas com o governo central de Cartum, a fim de se chegar a uma regulamentação global.

Mesmo havendo um consenso sobre a manutenção do cessar-fogo, o arranjo era imperfeito. A diferença entre os textos dos acordos em inglês e árabe era nítida. Havia diferentes versões, de acordo com a língua usada, para o artigo relativo à neutralização das milícias. O texto árabe, por exemplo, comportava uma disposição suplementar, totalmente inaceitável pelas forças de oposição, impondo ao bloco rebelde campos específicos para o exercício de seu domínio.

Os rebeldes de Darfur aprenderam, então, que não poderiam mais confiar no governo do Chade como mediador do conflito. Insistiram, de forma não muito convincente, em coordenar sua posição a fim de apresentar uma delegação comum, como em N'Djamena, para empreender negociações diretas com o governo sudanês. Dessa forma, Cartum pôde se distanciar e retardar o processo de negociação.

As divergências sobre os observadores internacionais, somando-se à mediação falsamente neutra do presidente do Chade e às tensões internas aos movimentos rebeldes, permitiram que o governo de Cartum explorasse a situação a seu favor, desviando a atenção dos EUA e da União Européia (UE) da situação em Darfur.

Mostrando mais uma vez sua capacidade de manipulação, Cartum convenceu a Comissão de Direitos Humanos da ONU a não manter um relator especial no país, persuadindo o CS a não discutir a limpeza étnica em Darfur. Da mesma forma, conseguiu, de maneira incompreensível, que a Comissão de Direitos Humanos da ONU não divulgasse o relatório do Alto

Comissário de Direitos Humanos, Bertrand Ramcharan, que descrevia o terror instaurado pelo governo do Sudão em conjunto com sua milícia de Janjaweds.

Apesar dos inúmeros pedidos da comunidade internacional para o desarmamento dos Janjaweds, o ministro das relações exteriores do Sudão, recusou-se categoricamente a desarmá-las enquanto armas permanecessem em posse das forças rebeldes. Afirmou que os Janjaweds foram apenas uma resposta tribal espontânea aos rebeldes. O governo sudanês, focado em sua ideologia racista e na cultura de guerra, mostrou que não possuía a menor intenção de desarmar, controlar ou impedir a ação dos Janjaweds.

Reagindo a esta declaração, o CS condenou os ataques e as atrocidades cometidas pelas milícias e recomendou que o governo sudanês as desarmasse. Este, por sua vez, apenas tomou medidas para flexibilizar as restrições ao acesso de ajuda humanitária. O MALS e o MJI rejeitavam categoricamente a ajuda vinda de territórios controlados pelo governo, temendo que os Janjaweds atacassem o movimento e pilhassem a ajuda destinada às pessoas deslocadas internamente.

Em agosto de 2004, a Comissão de Cessar-fogo organizada pela UA instaurou a Missão da União Africana em Darfur (Aumis)²³. Seu mandato era proteger os observadores da ONU e assegurar a segurança para o fornecimento de ajuda humanitária às pessoas deslocadas. Mas o governo sudanês recusou categoricamente acolher uma força de paz da UA e limitou a presença armada desta organização, transformando-a em uma força de proteção. Em relatório enviado ao CS, Kofi Annan pediu o alargamento da Missão da UA em Darfur.

Relatórios do CS, somados às pressões americanas conduziram à elaboração da Resolução 1556 do CS da ONU que demandava ao governo sudanês:

- I) o fim de todas as operações militares ofensivas e

²³ Esta comissão era formada por 125 observadores liderados pelo general nigeriano Okonkwo, o mesmo que ajudou a estabilizar a Libéria, e 305 soldados de Ruanda e Nigéria.

II) o desarmamento das milícias Janjaweds.

Caso estas medidas não fossem respeitadas em 30 dias, o CS ameaçava impor embargos econômicos e militares ao governo sudanês.

Em mais uma tentativa de pacificação do conflito, o presidente da União Africana organizou negociações entre o governo de Cartum e os representantes do MALS e do MJI, que deram origem aos Protocolos de Abuja – mais promessas de estabilidade no país. Mas as partes, por mais uma vez, não estavam dispostas ao compromisso. Um tema que permeou o encontro foi a falta de confiança inspirada pelo governo sudanês, decorrente da grande quantidade de acordos não respeitados.

Em 9 de janeiro de 2005, o governo do Sudão e o Movimento pela Libertação do Sudão assinaram o Acordo de Paz Global, sob os olhos de representantes da ONU e da União Africana, Chefes de Estados e governantes africanos. Esta foi mais uma tentativa de solucionar os conflitos existentes há décadas no país, que se agravaram com a insurreição de 2003. A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)²⁴ foi a responsável pela mediação do acordo, que também contou com a massiva participação africana, trazendo legitimidade e eficácia ao documento²⁵.

O Acordo de Paz Global representou a vontade das partes no conflito Norte-Sul em buscar uma solução pacífica para os problemas apresentados no país. Porém, a sua estabilidade depende muito da paz na região de Darfur. O local ainda sofre com as incursões das milícias Janjaweds e do exército sudanês, que arrasam a infra-estrutura das cidades, e forçam o deslocamento e a morte da população.

Para ajudar o Acordo de Paz Global, o CS da ONU, através da Resolução 1590 24 de março de 2005, criou sua própria Missão no Sudão,

²⁴ Criado em 1996, o IGAD é uma organização africana, que tem por objeto três áreas de cooperação: I) prevenção de conflitos, gerenciamento e resolução de assuntos humanitários, II) desenvolvimento de infra-estruturas, III) segurança alimentar e proteção do meio-ambiente.

²⁵ No Relatório de 31 de janeiro de 2005 do Secretário Geral da ONU existe até um elogio à contribuição africana durante as reuniões para a elaboração do acordo.

prevendo 10 mil homens para complementar o trabalho da Aumis. Esta missão também tem o intuito de buscar a paz em Darfur. Nesta ocasião, a ONU se propôs a mobilizar recursos e qualquer ajuda necessária para a assistência imediata às vítimas, assim como para o desenvolvimento econômico do Sudão a longo prazo. Reforçou, também, a necessidade do trabalho em conjunto com o IGAD e a UA.

Poucos dias depois, o CS elaborou a Resolução 1591, clamando a cada parte envolvida nos dois grandes conflitos do Sudão – o dos rebeldes contra o governo central de Cartum e o dos Janjaweed contra civis – que se esforçasse em cumprir o acordo de cessar-fogo de N'Djamena e os Protocolos de Abuja. Reprimiu expressamente os ataques aéreos exercidos pelo governo sudanês para destruir cidades em Darfur e ajudar as incursões das milícias. Reprimiu o governo mais uma vez, ao impor um embargo ao seu comércio de armas. Estas medidas direcionadas ao governo afirmam que a ONU o responsabiliza pela manutenção da crise do país, assim como na de Darfur.

Recentemente, a Aumis recebeu um incentivo de 300 milhões de dólares, além de transporte, materiais e oficiais – concedidos pela UE e a OTAN – para a sua operação. A Aumis vem se esforçando para realizar o seu trabalho, mas infelizmente ainda não possui condições de resolver o conflito em Darfur. A missão apresenta duas grandes fraquezas. O seu mandato se resume à proteção de civis em eminente situação de agressão e que se encontrem em áreas vizinhas de onde esta enraizada. Estas são ações insuficientes diante da inércia do governo em acabar com os ataques das milícias Janjaweed. O mandato da Aumis deveria ser estendido, dando-a legitimidade para tomar ações mais evasivas, que protegessem melhor as vítimas.

Outro fator que prejudica a ação da Aumis é o seu tamanho, pois conta com 600 oficiais, enquanto precisaria de no mínimo 15 mil pessoas para proteger as 6 milhões que vivem em Darfur. Essa quantidade seria necessária para se tentar frear os ataques às cidades, proteger aqueles que se

deslocam pelo país, repatriar os que estão refugiados no Chade, proteger mulheres de estupros, proporcionar segurança para as operações humanitárias e tentar neutralizar as milícias. A situação é urgente e não há mais tempo para se esperar tentativas de uma mobilização apenas africana.

A última resolução elaborada pelo CS da ONU foi a de número 1593, de 31 de março de 2005, e diz respeito ao Tribunal Penal Internacional (TPI)²⁶. O conselho transmitiu o caso do Sudão ao tribunal para que este investigue a ocorrência de crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou genocídio no país. Em regra, o TPI só tem jurisdição sobre os países signatários do Estatuto de Roma, mas o CS tem a prerrogativa de comunicar crimes ocorridos em qualquer Estado ao tribunal.

Em junho de 2005, a Procuradoria do TPI comunicou que investigaria os crimes cometidos no país a partir de julho de 2002, o que já significa um grande avanço, uma vez que as atrocidades no país se intensificaram em 2003 com o início da insurreição dos rebeldes sudaneses. O TPI precisará ultrapassar a falta de vontade do governo sudanês em colaborar com informações para a investigação, que afirma não aceitar a interferência do tribunal, cabendo à justiça nacional do país cuidar dos suspeitos de cometer tais delitos.

²⁶ O Tribunal Penal Internacional, instituído pelo Estatuto de Roma de 1998, entrou em vigor em 2002 para julgar indivíduos responsáveis pelo crime de genocídio, pelos crimes contra a humanidade e pelos crimes contra a paz. Até o momento, o Sudão apenas assinou o Estatuto.

3.3 A Polêmica sobre o Genocídio em Darfur

Tudo o que sabemos é que nós não podemos nem punir, nem perdoar tais crimes (crimes de massa) e que, conseqüentemente, eles transcendem o domínio das relações humanas e a capacidade do poder humano, destruindo-os radicalmente onde quer que aconteçam.

Hannah Arendt

O termo ‘genocídio’ foi criado por Raphael Lemkin, um judeu sobrevivente ao holocausto ocorrido na Segunda Guerra Mundial. Esta definição foi utilizada na elaboração da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio²⁷. Apesar da criação deste tratado ter sido uma vitória da comunidade internacional, existem muitas críticas quanto ao seu conteúdo. Afirma-se que a definição de genocídio é muito fluida, prejudicando a sua caracterização em muitos casos²⁸. Além disso, ela não faz referência a grupos políticos e sociais e somente reconhece os atos cometidos diretamente contra as pessoas e não aqueles que prejudicam o ambiente definidor de suas particularidades culturais. No mais, a definição tem por elemento caracterizador a intenção, o que é muito difícil de ser provado²⁹.

Segundo Jacques Sémelin, existem duas dinâmicas de destruição de um grupo:

- I) Destruir para submeter – Quando não há a vontade de destruir a totalidade do grupo, mas sim a intenção de substituí-lo. Trata-se da reconstrução de um novo grupo.

²⁷A convenção foi elaborada em 1948, mas apenas entrou em vigor em 1951. O Sudão não participou de sua elaboração, mas a ratificou posteriormente, em 13 de outubro de 2003.

²⁸ Alguns dizem que desde o surgimento da convenção, somente três genocídios existiram: o massacre dos armênios pelo império turco-otomano, o holocausto que gerou a morte de 6 milhões de judeus e o extermínio de quase 800 mil tutsis pelo seu grupo rival, os hutus.

²⁹ É por isso que muitos Estados reivindicam a criação de um órgão que se encarregue de identificar os parâmetros da convenção, como, por exemplo, quais são as situações que caracterizam um genocídio, qual é a quantidade de mortes que o define ou quais são os casos em que deve haver uma intervenção para evitá-lo ou saná-lo.

- II) Destruir para erradicar – Acontece nos casos em que se caracteriza a intenção de erradicar todos os integrantes de um grupo, visando acabar com suas raízes.

Assim, para Sémelin, o genocídio é o processo no qual se objetiva a erradicação total de um grupo e não a sua submissão.

A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio afirma, logo em seu primeiro artigo, que seus signatários têm o dever de prevenir e punir o genocídio, seja em tempo de paz ou guerra, posto que se trata de uma contravenção ao direito internacional.

Em Darfur, o termo genocídio era comumente utilizado por diplomatas, agentes humanitários e a imprensa para descrever o massacre de africanos. Mas a questão só começou a ganhar espaço nas discussões da comunidade internacional quando abordada pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell. Apesar da grande pressão de agências humanitárias e de algumas resoluções americanas³⁰, o governo americano, a ONU, a UE e a UA se mostravam bastante reservados em qualificar a matança como um genocídio. Nesta época, os Chefes de Estado da UA se posicionaram contra a sua existência em Darfur.

Desde 2003, organizações preparam documentos que utilizam o termo genocídio ou limpeza étnica³¹ para descrever o que acontece em Darfur. O International Crisis Group declarou que as milícias árabes cometiam os ataques às cidades em razão do grupo étnico que ali morava. A Anistia Internacional alegou, por sua vez, que a etnia dos povos era o alvo para o ataque dos Janjaweds. O representante pessoal do Secretário Geral da ONU, Jan Egeland, utilizou o termo limpeza étnica, aparentemente mais

³⁰ Em julho de 2004, foram elaboradas resoluções do congresso e do senado americano classificando as mortes em Darfur como um genocídio.

³¹ A expressão limpeza étnica apareceu na década de 90 como referência ao massacre nos Bálcãs. Samantha Power, em seu livro *"A Problem from Hell: América an the Age of Genocide"*, foi uma das pessoas que enriqueceu o debate a respeito do perigo de usar este termo como um eufemismo do termo genocídio.

suave, quando se referiu à situação. Cartum, obviamente, desmentiu veemente todas as acusações.

Os EUA criaram, então, uma equipe encarregada de documentar, através de entrevistas aos refugiados no Chade, as atrocidades que estavam acontecendo. O objetivo era identificar a ocorrência do genocídio. Após estudar o trabalho elaborado pela equipe, assim como um grande número de relatórios provenientes de outras fontes, Colin Powel concluiu, em 9 de setembro, no Comitê de Relações Exteriores do Senado que um genocídio havia sido cometido em Darfur pelo governo sudanês e os Janjaweds. Alegou também, que o genocídio poderia se perpetuar se nada fosse feito para pará-lo.

Foi a primeira vez em que um Estado soberano acusou outro Estado soberano de genocídio sob os termos na Convenção de 1948, o que supostamente acarretaria, após o consentimento do CS da ONU, uma intervenção militar. No entanto, os EUA tiveram o cuidado de se referir ao artigo oitavo da Convenção, que permite aos signatários delegar à ONU a responsabilidade de empregar todas as medidas cabíveis para impedir o genocídio. Seguindo os protocolos, os Estados Unidos enviaram um projeto de resolução ao CS da ONU³².

Com as forças armadas focadas no Afeganistão e no Iraque, os EUA não disponibilizariam suas poucas tropas restantes para uma nova incursão militar em um país muçulmano. Dessa forma, a proposta de resolução reconheceu a impossibilidade dos Estados Unidos liderarem uma intervenção no Sudão. Conseqüentemente, não poderiam fazer prevalecer suas visões nas negociações com os membros do CS para que este fosse firme com Cartum.

Caberia ao Secretário Geral, Kofi Annan, determinar se os atos cometidos em Darfur se caracterizam como um genocídio e quem o

³² O texto sugeria o aumento da tropa da Missão Africana em Darfur, que até o momento contava apenas com 300 homens, mas não comentou sobre o status desta missão: se deveria permanecer como força de segurança responsável pela proteção dos observadores e das pessoas internamente deslocadas ou se passaria a ser uma força intervencionista para a manutenção da paz.

cometeu, mas nenhuma ação específica foi proposta³³. Após uma semana de negociações, os EUA elaboraram uma nova versão de resolução sobre Darfur³⁴, que foi adotada em setembro pelo CS através da Resolução 1564. A resolução foi criada para que se investigasse as violações de direitos humanos e de direito internacional humanitário no Sudão. Além disso, o texto expressava a grande preocupação do CS com o não-cumprimento das obrigações estabelecidas pela Resolução 1556 ao governo do Sudão. Aprovou, por fim, a decisão da União Africana em reforçar e aumentar sua missão de observação, mas se silenciou sobre a questão dos soldados da paz tão boicotados pelo governo sudanês.

O artigo 12 da resolução previu a implementação de uma Comissão de Inquérito para investigar se houve ou não a ocorrência de um genocídio, assim como quem o cometeu. No caso do Sudão não respeitar a Resolução 1556 e a 1564, ficou decidido que caberia ao CS promover medidas adicionais, tais como sanções econômicas ao governo sudanês.

Com a aprovação da Resolução 1554, os EUA e a UE tentaram se esquivar do dilema sobre uma intervenção humanitária no Sudão, pressionando, assim, uma atuação mais presente da missão da União Africana. No entanto, ofereciam o suporte logístico necessário para o plano humanitário que visava a ajuda a Darfur.

Os Janjaweed se esquivavam das acusações de genocídio, alegando que as mortes eram apenas uma repercussão da guerra. Argumento raso que pode ser facilmente rebatido, posto que a convenção deixa bem claro que um genocídio pode se dar dentro ou fora de uma guerra (artigo 1º da convenção). Além do mais, o segundo artigo esclarece que a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo étnico, racial, nacional ou religioso, caracteriza o genocídio. A destruição pode acontecer através:

I) da morte dos membros do grupo,

³³ Os EUA pensaram em uma sanção que afetasse o petróleo sudanês. Mas esta idéia provavelmente sofreria veto da China, que não abriria mão da concessão de exploração deste mineral dada pelo Sudão.

³⁴ O texto, apoiado por Alemanha, Romênia, Espanha e Reino Unido, passou com onze votos a zero, sofrendo abstenções de Argélia, China, Paquistão e Rússia.

- II) do dano grave à integridade física ou mental dos membros do grupo,
- III) da interferência nas condições de vida do grupo para causar sua destruição física parcial ou total,
- IV) da imposição de medidas que visem o impedimento do nascimento de novos integrantes do grupo e
- V) da transferência forçada de crianças do grupo para um outro grupo.

Celso Lafer afirma que

“A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (...) exclui a responsabilidade coletiva ao buscar individualizar a responsabilidade penal do agir criminoso. Ela tutela os direitos humanos na perspectiva *ex parte populi*, estabelecendo a responsabilidade penal dos governantes, dos funcionários e dos particulares (art. IV) que tenham não só cometido o genocídio, mas também praticado os seguintes atos: o conluio para cometer o genocídio; a incitação direta e pública a cometer o genocídio; a tentativa de genocídio; a cumplicidade no genocídio (art. III, letras “b”, “c”, “d” e “e”).”³⁵

Em outras palavras, mesmo não cometendo os atos diretamente, o fato de deixá-los acontecer já incriminaria o governo sudanês.

Em janeiro de 2005, as investigações da ONU chegaram à conclusão de que, apesar das mortes, abusos sexuais e torturas exercidos pelo exército sudanês e suas milícias, o massacre vivido em Darfur não se caracterizava como um genocídio. Afirmaram que estas ações eram violações de direitos humanos e de direito internacional humanitário, caracterizando-se apenas como crimes de guerra. Para esta comissão, o governo sudanês não empreendeu uma política intencional visando o genocídio. Mas acredita que oficiais do governo e outros indivíduos podem ter cometido ações da natureza de um genocídio e, portanto, elaboraram um documento com nomes de possíveis suspeitos para ser encaminhado ao Tribunal Penal Internacional.

³⁵ LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um Diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.171.

O governo sudanês resolveu as críticas que recebia usando sua tradicional superficialidade e flexibilizou as restrições às atividades das organizações humanitárias, através da concessão de vistos para novos agentes humanitários que quisessem trabalhar no país.

Com a declaração sobre o genocídio, os EUA lançaram o debate sobre esta terrível tragédia, mas a sua não caracterização pela ONU faz com que o Sudão permaneça sob as mentiras do governo central de Cartum. Sem sofrer sanções efetivas da comunidade internacional e não havendo uma oposição interna alternativa ao regime islamista, o governo do Sudão continua a marginalizar seus grupos étnicos com a política de segregação e terror.

3.4 Respostas da Comunidade Internacional

(...) Há uma responsabilidade por coisas que não fizemos; podemos ser considerados responsáveis por elas. Mas não há um ser ou sentir-se culpado por coisas que aconteceram sem que se tenha participado ativamente delas.

Hannah Arendt

A ajuda humanitária baseia-se em fundamentos morais e éticos, uma vez que não possui limites de tempo ou espaço, podendo ser aplicada a qualquer situação suscetível de justificação. A humanidade é uma realidade institucional, moral e cultural, que possui fundamentos jurídicos que a complementam. Dessa forma, os fundamentos éticos não podem se dissociar dos jurídicos.

O direito à ajuda humanitária é uma norma *jus cogens*, de acordo com o artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 69. É uma norma imperativa do direito internacional geral, por isso, qualquer tratado ou ato jurídico contra ela ou contra as medidas exigidas para a sua aplicação, deve ser anulado. Este raciocínio mostra-se uma volta ao direito natural, uma vez que faz alusões a princípios morais fundadores do direito. Neste sentido, a ajuda humanitária constitui um direito individual e coletivo, pertencente a todos os povos e homens.

O dever de assistência pode ser desencadeado por catástrofes ou deficiências naturais, assim como por ações do homem. Esta última se encaixa em situações de conflitos armados ou no caso de violações de direitos cometidas por um governo em detrimento de sua população.

A ótica sobre a qual o direito à assistência humanitária é constituída deve sempre privilegiar a vítima. A elas deve ser concedido o direito a pedir ajuda e a receber assistência.

Apesar do grande número de refugiados e pessoas internamente deslocadas no Sudão, assim como de vítimas fatais ou de violações sexuais, somente no fim de 2003, as organizações internacionais começaram a

reconhecer a amplitude do desastre vivido em Darfur e iniciaram o trabalho no sentido de levar assistência humanitária à região.

Devido a um relatório dos Médicos sem Fronteiras, a ONU e agências humanitárias começaram a tentar penetrar em Darfur para avaliar as suas necessidades e tentar levar socorro às vítimas, mas sofreram obstrução do governo de Cartum. O Ministério da Agricultura sudanês chegou a recusar a ajuda alimentar a Darfur oferecida pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (USAID).

Em dezembro de 2003, o enviado especial do secretário geral da ONU para os problemas humanitários no Sudão, Tom Vraalsen, afirmou:

“O fornecimento de ajuda à população é prejudicada principalmente pela recusa sistemática de acesso aos locais. As autoridades de Cartum afirmam que o acesso é livre, mas eles o restringem severamente nas regiões que controlam e o recusam totalmente em todas as regiões controladas pelos rebeldes. Dessa forma, as operações humanitárias praticamente acabaram.”³⁶

No início de 2004, organizações humanitárias, como a International Crisis Group, a Anistia Internacional, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, os Médicos Sem Fronteiras e diversas agências da ONU, destacaram em documentos e relatórios, a extensão do desastre, a sistemática violação de direitos humanos e a necessidade de agências de assistência humanitária na região.

O Centro para o Diálogo Humanitário de Genebra tentou negociar um acordo para permitir o acesso ao local do conflito, que foi aceito pelo MALS e pelo MJE, mas recusado por Cartum. O governo sudanês alegava que o acesso humanitário seria usado pelos movimentos rebeldes para obter vantagens militares e outras manipulações.

Mukesh Kapila, coordenador do Secretariado Executivo da ONU para a ajuda humanitária no Sudão, que também trabalhou durante o genocídio em Ruanda, disse que “a única diferença entre Ruanda e Darfur são os números. Este (o de Darfur) é mais que um conflito. É uma tentativa

³⁶ COLLINS, Robert Oakley. Op. Cit., p.9

organizada de liquidar um grupo de pessoas” e afirmou que a situação em Darfur poderia se tornar a pior crise humanitária do Sudão desde 1998³⁷.

Somente em junho de 2004, uma ajuda humanitária de grande porte passou a atender o enorme número de refugiados e pessoas internamente deslocadas. No mês seguinte, 950 mil pessoas já haviam recebido ajuda humanitária, mais de 200 mil refugiados no Chade eram assistidos pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, por agências governamentais e por 56 ONGs presentes em Darfur. Em setembro, havia 3,7 mil agentes humanitários nacionais e internacionais na região, alcançando lugares até então proibidos pelos rebeldes. Os agentes humanitários sofrem com o isolamento da região de Darfur e a burocracia de Cartum. O governo chega a afirmar que apenas quatro das 56 ONGs são muçulmanas, sendo que as restantes são voltadas à catequização cristã do povo sudanês.

Infelizmente, o governo do Sudão ainda se mostra muito arremido em relação à ajuda humanitária. Recorre à arbitrariedade e prende agentes de organizações humanitárias. Em maio de 2005, Paul Foreman, o responsável pela comitiva dos Médicos Sem Fronteiras em Cartum e figura reconhecida no plano internacional pela seriedade de seu trabalho, foi preso e liberado somente após o pagamento de fiança. De acordo com uma pesquisa organizada pela ONG *Human Rights Watch*, 20 pessoas já foram presas nas mesmas condições nos últimos seis meses.

Estas prisões demonstram o esforço do governo sudanês em burlar a assistência humanitária e evitar a divulgação de informações relacionadas à sua violenta política. As ONGs que trabalham na área se esforçam para elaborar relatórios sobre as diversas violações de direitos humanos a fim de chamar a atenção do mundo para o que acontece na região³⁸. Todavia, o

³⁷ COLLINS, Robert Oakley. Op. Cit., p.9

³⁸ A Missão da UA em Darfur, a ONU e a Human Rights Watch documentaram muitos casos de estupro de mulheres africanas pelos oficiais do exército sudanês e pelas milícias árabes. Até o momento, não possuem uma noção da quantidade de vítimas. Em março de 2005, a organização Médicos Sem Fronteiras veiculou na mídia um documento contando as atrocidades que encontrava durante seu trabalho de atendimento às vítimas sudanesas.

governo detém estas iniciativas ao podar a liberdade de expressão e ameaçar aqueles que trabalham a favor das vítimas. Alegando espionagem, divulgação de informações falsas e distúrbio à paz no país, o governo intimida trabalhadores e o desenvolvimento da ajuda humanitária na região. Além disso, demonstra como se esforça para não resolver a crise e deixar que africanos continuem a ser massacrados pelo exército e milícias Janjaweds.

4. Conclusão

O multilateralismo nascido em 1945 trouxe uma dinâmica de revisão da soberania. Questões como bem comum da humanidade, segurança coletiva, regimes internacionais sobre armas, meio ambiente e direitos humanos, fortaleceram o alinhamento entre Estados, incitando a elaboração de tratados, que, por sua vez, trouxeram limitações à soberania.

Da mesma forma que ocorreu com a internacionalização dos direitos humanos, foi construída historicamente, através do esforço conjunto de Estados e muitas tentativas frustradas. Voltada para a defesa dos direitos humanos e, conseqüentemente, para a manutenção da paz e segurança internacionais, tornou-se um mecanismo eficaz de coerção de violações cometidas pelos Estados. Nesse sentido, a intervenção humanitária não pode ser identificada como um vilão do princípio da soberania, uma vez que se mostra uma resposta da comunidade internacional a crises humanitárias.

A prática da intervenção humanitária trouxe a noção de responsabilidade, ou seja, da importância de se fazer uma avaliação das conseqüências que políticas nacionais podem trazer à humanidade como um todo. Favoreceu, assim, o desenvolvimento de uma comunidade formada por atores que dividem as mesmas responsabilidades, seja em relação à proteção dos direitos humanos, seja em matéria de desenvolvimento.

De acordo com a tese desenvolvida nesta monografia, a crise vivida em Darfur mostra-se uma hipótese que ensejaria uma intervenção humanitária no Sudão. O país sofre há décadas sucessivas crises políticas, que desencadearam problemas econômicos e sociais. A população não ficou passiva a tamanho desenvolvimento, organizando-se em movimentos reivindicadores de direitos civis e políticos, assim como os econômicos, sociais e culturais. Estes não são pedidos impossíveis, mas dependem da vontade política – até então, não demonstrada – do governo central de Cartum.

Em meio à crise, acordos de cessar-fogo e de paz foram elaborados sob a mediação de organizações africanas – como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento e a União Africana – e a ajuda das Nações Unidas. Por mais que as partes se comprometam a acabar com o conflito, este vem se arrastando sem sinais de chegar ao fim. O governo sudanês já demonstrou inúmeras vezes a má-vontade que tem para impedir o genocídio organizado pelas milícias Janjaweds e o exército sudanês. Além disso, dificulta o trabalho das agências de ajuda humanitária que tentam reduzir o sofrimento da população local.

A Carta da ONU, em seu capítulo VI, disserta sobre as possíveis tentativas de solução pacífica de controvérsias em momentos de crise. No Sudão, infelizmente, estas tentativas não trouxeram respostas positivas. Os acordos de paz e de cessar-fogo não extinguiram o conflito. Embargos ao comércio de armas no país não foram respeitados. Enquanto isso, mais e mais pessoas devem morrer ou ter que se refugiar em outro país em nome da soberania do Estado sudanês?

Tendo por fins últimos a paz e a segurança internacionais, a sociedade internacional pode se aproveitar da prática da intervenção humanitária, desde que autorizada pelo CS. O capítulo VII da Carta da ONU legitima a intervenção em seu artigo 42, após a frustração de outras medidas. Se já existe um consenso a respeito de graves violações de direitos humanos ensejarem uma intervenção humanitária, o princípio da não-intervenção pode e deve ser ultrapassado. Isso não quer dizer que intervenções devem sempre ser usadas para resolver crises geradas por violações de direitos humanos. Na verdade, a intervenção humanitária é a última medida a ser adotada, devido à sua complexidade de aplicação e às possíveis conseqüências traumáticas que pode acarretar à população do país visado. O Sudão está mergulhado em conflitos e dá poucos sinais de conseguir – ou querer – resolvê-los. Cabe, portanto, ao CS ONU se manifestar de maneira mais rigorosa sobre a crise e legitimar uma intervenção humanitária no país.

Pela primeira vez na história, uma intervenção humanitária poderia dar certo, pois contaria com a participação da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento e da União Africana, organizações de origem africana que compreendem bem as necessidades do Sudão.

A ONU possui experiência, logística, além de dinheiro e oficiais para operar uma intervenção humanitária. Porém, já demonstrou anteriormente em tentativas frustradas de intervenções, que não dispõe de meios confiáveis para avaliar todas as características do país em crise. Não há como se conhecer todas as particularidades étnicas, raciais, culturais e sociais de um povo sem ser parte dele. Dessa forma, a presença das organizações acima citadas se mostra de suma importância para o sucesso da operação. A situação no Sudão chegou ao extremo, demonstrando que a paz deve sim ser imposta. A intervenção aparece, então, como uma solução, mesmo que a curto prazo, para este conflito.

Em um segundo momento, após a estabilização da crise, a interferência da União Africana será imprescindível para a reconstrução do Sudão. Ela deverá se encarregar da elaboração de um documento sobre a situação política do país, bem como de propostas de programas de ação para resolver as causas do conflito. A harmonização e o desenvolvimento do país, portanto, serão alcançadas mais facilmente se contarem com a interferência da UA³⁹.

Por fim, resta uma última proposta, e talvez a mais utópica delas, que seria a efetivação do Sistema Africano de Proteção dos Direitos Humanos, que existe desde 1986. Apesar de sua maioridade, ainda engatinha. Conta, na sua estrutura, com algumas das eficazes propostas consolidadas pelo

³⁹ A UA é formada por muitos órgãos, sendo a Comissão Africana o de maior relevância para os direitos humanos. Ela possui papel central em sua organização, representando seus interesses diretos. A Comissão é composta por oito comissários responsáveis por departamentos. O que se refere às questões políticas contribui para a criação de condições para o desenvolvimento sustentável e a integração econômica dos países africanos. Para tanto, este departamento é encarregado de fiscalizar o respeito aos direitos humanos e a democracia com o intuito de evitar o surgimento de crises humanitárias.

mais experiente Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O sistema africano foi criado para atender às necessidades do povo africano, que possui valores tão diversos daqueles ocidentais. Dessa forma, o sistema traz legitimidade e eficácia à promoção e à proteção dos direitos humanos no continente africano.

O sistema é composto por cinco tratados: a Convenção sobre Aspectos Específicos do Problema de Refugiados na África (1974), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1986), a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar das Crianças (1999), o Protocolo Adicional à Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento da Corte Africana de Direitos Humanos e Direitos dos Povos e o Protocolo Adicional à Carta Africana de Direitos Humanos e Direitos dos Povos sobre os Direitos das Mulheres Africanas (ainda não entrou em vigor).

Paralelo ao trabalho da Comissão Africana, encontra-se o da Corte Africana de Direitos Humanos, que entrou em vigor no início de 2004. Ela exerce capacidades adjudicatória e conciliatória e pode receber casos enviados por Estados signatários da Carta Africana; organizações não-governamentais, cuja existência seja reconhecida pela Comissão Africana; organizações intergovernamentais e indivíduos. Para que a corte receba as petições individuais, o Estado tido como violador deve ter reconhecido previamente esta sua competência⁴⁰. A competência para julgar cobre todos os casos identificados na Carta Africana, em seus protocolos adicionais e qualquer outro instrumento de proteção dos direitos humanos que seja ratificado pelos Estados envolvidos.

Até o momento, 250 mil pessoas morreram, mais de 2 milhões fugiram de suas casas e 200 mil encontram-se refugiadas no Chade. Desde o genocídio de Ruanda, o mundo não se depara com tamanha tragédia. Devido a estes alarmantes números e à prática de estupros, à fome vivida pela população, ao seu êxodo forçado, às mortes, aos roubos, e a tantas

⁴⁰ Até o momento, apenas Burkina Faso manifestou-se a favor.

outras violações de direitos humanos, que respostas convencionais já não se mostram mais adequadas para solucionar a crise em Darfur.

5. Referências Bibliográficas

- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *O Direito de Assistência Humanitária*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 307 p.
- ANAIS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O DIREITO À ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA (1995: Paris, França). *O Direito à Assistência Humanitária*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 256 p.
- COLLINS, Robert Oakley. Le Désastre du Darfour, in: *Géopolitique Africaine*. Paris, n.15-16, p.51-73, verão/outono 2004.
- COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com os pensamentos de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 406 p.
- MELLO, Celso D. De Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v.1. 924 p.
- MELLO, Celso D. De Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v.2. 1774 p.
- NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*, 26 de junho de 1945.
- NAÇÕES UNIDAS. Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, 9 de dezembro de 1948.
- NMEHIELLE, Vincent O. *Development of the African Human Rights System in the Last Decade*, in: Human Rights Brief. Washington, v.11, n.3, p.6-11, Primavera 2004.
- RODRIGUES, Simone Martins. *Segurança Internacional e Direitos Humanos – A Prática da Intervenção Humanitária no Pós-Guerra Fria*. São Paulo: Renovar, 2000. 287 p.
- SÉMELIN, Jacques. *Analyser le Massacre – Réflexions Comparatives*. In : Questions de Recherche. Paris, n.7, Setembro 2002.
- SILVA, Alexandre dos Santos. *A Intervenção Humanitária em Três Quase-Estados Africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. 2003. Dissertação (Mestrado) PUC-Rio/ IRI.

SILVEIRA, Maria Cristina Santiago da. *Ação Humanitária: Direito ou Dever de Ingerência?* in: Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano I, n.1, Julho/Dezembro 2001. Disponível em: <http://www.csonline.ufjf.br>.

SWINARSKI, Christophe. *Introdução ao Direito Internacional Humanitário*. Brasília: CICV e Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1993. 74 p.

_____. *A norma e a Guerra*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991. 96 p.

UNITED NATIONS. *Basic Facts About the United Nations*. New York: United Nations Department of Public Information, 2000.

Consulta sistemáticas aos seguintes sites:

www.cewarn.org - The Conflict Early Warning and Response Mechanism
www.icrc.org - Comitê Internacional da Cruz Vermelha
www.amnesty.org - Anistia Internacional
www.foreignaffairs.org - Foreign Affairs
www.igad.org - Intergovernmental Authority on Development
www.crisisgroup.org - International Crisis Group
www.un.org - Organização das Nações Unidas
www.sudanreeves.org - Site do pesquisador Eric Reeves, que traz impressões pessoais sobre a crise no Sudão.
www.africa-union.org - União Africana
www.bbc.co.uk - BBC
www.lemonde.fr - Le Monde
www.monde-diplomatique.fr - Le Monde Diplomatique
www.hrw.org - Human Rights Watch

6. Anexos

6.1 Mapa do Sudão

Fonte: <http://www.lemonde.fr>

6.2 Mapa dos Fatores Econômicos da Crise

Fonte: <http://www.lemonde.fr>

6.3 Mapa dos Fatores Políticos da Crise

Fonte: <http://www.lemonde.fr>